

Operação Compliance Zero

Reunião no STF pode decidir futuro do BRB

Acordo negociado entre GDF e União no Supremo deve destravar capitalização de R\$ 6,6 bilhões ao banco e permitir divulgação dos balanços atrasados, em meio à pressão do Banco Central e do mercado financeiro

» PAULO GONTIJO
» ANA CAROLINA ALVES

O Banco de Brasília (BRB) vive, hoje, um capítulo decisivo da crise financeira enfrentada pela instituição. O Governo do Distrito Federal (GDF) e a União devem concluir o acordo negociado desde a última terça-feira, durante audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), para viabilizar uma operação bilionária de capitalização do banco. O encontro, que tem previsão de iniciar às 10h, tem como expectativa que o desfecho das tratativas permita que o BRB avance no fechamento dos balanços atrasados de 2025 e do primeiro trimestre de 2026, documentos considerados fundamentais para recuperar a confiança do mercado e reduzir a pressão sobre a instituição.

A negociação acontece em meio aos desdobramentos das operações fraudulentas investigadas pela Polícia Federal no caso do Banco Master e às vésperas do prazo final estabelecido pelo Banco Central para divulgação dos demonstrativos financeiros. Durante a reunião conduzida pelo ministro Luiz Fux, o Ministério da Fazenda sinalizou flexibilizar restrições fiscais impostas ao Distrito Federal para permitir um acordo de maior alcance financeiro e destravar a operação de capitalização do BRB.

Na tentativa de buscar apoio institucional para a operação de capitalização e alinhar detalhes sobre negociação com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que deve liberar R\$ 6,6 bilhões, representantes do BRB estiveram ontem no Banco Central. Entre os participantes, estavam o presidente da instituição, Nelson de Souza; o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos; e o diretor de Regulação, Gilneu Francisco Astolfi Vivan.

"Pedidos a Deus"

"Hoje é um dia muito especial em que nós retiramos o BRB de qualquer tipo de risco, de liquidação, de intervenção, e de qualquer dano ao erário. Nós conseguimos resolver uma crise em menos de 50 dias", declarou Celina Leão (PP).

Durante a fala em agenda oficial na manhã de ontem, Celina revelou que havia colocado como prioridade pessoal salvar o banco público do Distrito Federal. "Uma profeta falou para mim que era bom fazer uma lista do que eu gostaria. E eu cheguei em casa e fiz uma lista de pedidos a Deus. Não tem nenhum pedido naquela lista que seja pessoal. O primeiro pedido que estava na lista era salvar o BRB", contou.

Celina ressaltou o impacto econômico da instituição para a capital federal e afirmou que a preservação do banco representa a manutenção de milhares de empregos e da arrecadação local. "São mais de 6 mil empregos. É um banco que fomenta a nossa região. Só de impostos gera R\$ 1,8 bilhão por ano aqui no Distrito Federal", disse.

Ao elogiar a atuação da nova procuradora-geral, Diana de Almeida Ramos, Celina relatou que a estratégia jurídica construída pela Procuradoria foi decisiva para o acordo firmado no STF. Segundo ela, a ideia inicial era ingressar com um mandado de segurança, mas a equipe jurídica

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Em semana decisiva, BRB corre contra o tempo para recuperar a confiança do mercado e evitar novos impactos financeiros



Hoje é um dia muito especial em que nós retiramos o BRB de qualquer tipo de risco, de liquidação, de intervenção, e de qualquer dano ao erário"

Celina Leão, governadora do DF

optou por outro caminho. "Eu falei com a Diana: 'Vamos entrar com mandado de segurança'. Ela olhou e falou: 'O instrumento será outro. E não importa qual foi o instrumento. O importante é que na última terça-feira, no STF, nós conseguimos fazer um acordo com a União.'"

A governadora disse que o desfecho demonstra capacidade de diálogo, responsabilidade e institucionalidade, inclusive com o governo federal. "Acima de qualquer questão ideológica, tem a minha cidade. E pela minha cidade, todas as vezes que precisar

manter o diálogo, eu o farei", declarou.

Celina agradeceu aos procuradores do DF envolvidos na construção da ação judicial e citou o ministro Luiz Fux pela mediação do acordo. "O Distrito Federal tem orgulho de vocês. Essa é apenas uma de várias outras que nós iremos ganhar também", ressaltou.

À espera do balanço

O BRB se aproxima do prazo estabelecido pelo Banco Central para divulgar os balanços em atraso referentes a 2025 e ao primeiro trimestre de 2026, que termina amanhã. Os documentos deveriam ter sido publicados até 31 de março, mas o banco informou, na própria data-limite, que a divulgação seria adiada em razão dos desdobramentos da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que investiga fraudes envolvendo o Banco Master. Paralelamente, o BRB busca concluir um processo de capitalização para recuperar a confiança do mercado e reduzir a pressão sobre sua liquidez.

Entre especialistas ouvidos pelo **Correio**, cresce a expectativa de que a publicação dos documentos possa sofrer um novo adiamento. Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo defendeu que o ponto mais sensível da crise é a apresentação dos números.

Segundo ele, um novo adiamento pode aprofundar a desconfiança do mercado e fragilizar a imagem da instituição. "Existe uma expectativa muito grande na apresentação desse balanço. A falta de transparência compromete não só a gestão atual, que pode ser responsabilizada pelo atraso na apresentação desse documento, porque essas postergações não passam em branco (para o mercado)", declarou.

Bergo ressaltou que, além das multas aplicadas, a continuidade dos atrasos pode abrir espaço a medidas mais severas por parte do Banco Central. Entre as possibilidades citadas pelo especialista estão restrições operacionais e ampliação da fiscalização. "Tudo isso afeta diretamente a reputação do banco e aumenta a desconfiança do mercado", avaliou.

Além do Banco Central, o atraso pode gerar impactos no mercado de capitais. Como o BRB possui ações negociadas em bolsa, o banco pode sofrer novas consequências regulatórias caso a situação permaneça indefinida. "Pode haver suspensão da negociação das ações, responsabilização civil e até ações coletivas de acionistas que se sintam prejudicados. Isso só piora o cenário", salientou Bergo.

Recentemente, agências de classificação de risco rebaixaram a nota de crédito do BRB a níveis considerados altamente especulativos, indicando preocupação

com a capacidade de pagamento e com a fragilidade financeira da instituição. O economista e consultor Daniel dos Passos, enfatizou que a falta de divulgação dos balanços dentro do prazo pode ampliar a insegurança do mercado. "Mesmo que os números sejam divulgados, o mercado pode reagir negativamente, caso os resultados revelem deterioração patrimonial, aumento da inadimplência ou fragilidade de capital", explicou.

Segundo Daniel dos Passos, caso o BRB não entregue o balanço, poderá sofrer novas sanções regulatórias. O BC pode aplicar multas diárias de até R\$ 50 mil, enquanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode impor multa adicional de R\$ 1 mil por dia. Além do impacto financeiro, o descumprimento pode levar à abertura de processos administrativos, aumento da fiscalização e novas restrições regulatórias, ampliando os danos à credibilidade da instituição perante investidores, clientes e órgãos de controle.

Em entrevista ao **Correio**, a governadora afirmou que a assinatura do acordo prevista para hoje será peça fundamental na conclusão do balanço do BRB. "Com a assinatura do acordo, vamos encaminhar tudo ao Banco Central e concluir o balanço do BRB", declarou.

LEIA MAIS NA PÁGINA 14

Banco define novas regras para aumento de capital

O Banco de Brasília (BRB) anunciou, ontem, ajustes no processo de aumento de capital da instituição para acelerar a autorização da operação junto ao Banco Central (BC). Em fato relevante divulgado ao mercado, a instituição informou que poderá realizar homologações parciais do aumento de capital à medida que

os recursos forem sendo subscritos e integralizados pelos acionistas.

Segundo o BRB, a mudança permitirá que parte dos valores aportados já produza efeitos no capital da instituição antes mesmo do encerramento completo da oferta de ações. O banco afirmou que o modelo poderá ser utilizado até o montante de R\$ 8,8

bilhões. "Poderão ser realizadas homologações parciais do aumento de capital, sem encerrar o processo, até o montante de R\$ 8,8 bilhões. Esse modelo permite que os recursos aportados passem a produzir efeitos no capital do banco de forma gradual, sem prejuízo das etapas remanescentes", informou a instituição em nota à imprensa.

Na prática, a medida busca dar mais rapidez ao processo de capitalização em meio à crise financeira enfrentada pelo banco após os desdobramentos das investigações envolvendo o Banco Master e às vésperas do prazo final para divulgação dos balanços atrasados de 2025 e do primeiro trimestre de 2026.

O banco também prorrogou até 3 de junho o prazo para que acionistas exerçam o direito de preferência na compra das novas ações emitidas na operação. Segundo o BRB, a decisão foi tomada para preservar os direitos dos investidores diante das mudanças anunciadas.